

Concepções de Professores e a Educação Financeira nos Anos Finais do Ensino Fundamental

Teachers' Conceptions and Financial Education in the Final Years of Elementary School

<https://doi.org/10.37001/ripem.v10i3.2561>

Roberta Nunes da Silva

<https://orcid.org/0000-0003-4355-9464>

Escola Estadual de Ensino Fundamental Dom Moisés Coelho

robertanunes48@gmail.com

Dalila Castelliano de Vasconcelos

<https://orcid.org/0000-0001-9622-4057>

Universidade Federal de Campina Grande

dalila_bal@hotmail.com

Bruno Ferreira Frascaroli

<https://orcid.org/0000-0002-2067-4438>

Universidade Federal da Paraíba

frascaroli.b@gmail.com

Resumo

A educação financeira passou a ser um dos temas contemporâneos transversais da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) a partir de 2018. As escolas são instituições estratégicas para disseminá-lo ao utilizar os professores para atuarem como multiplicadores. Por isso, é necessário conhecer como os professores compreendem esse assunto e como ele é compartilhado com seus alunos. Nessa perspectiva, o objetivo desta pesquisa é de investigar as concepções de professores dos Anos Finais do Ensino Fundamental das diferentes áreas sobre a educação financeira, no que se refere à sua abordagem e às metodologias utilizadas em sala de aula. Para isso, o estudo contou com uma amostra de 14 professores do Ensino Fundamental II de uma escola da rede estadual do município de Cajazeiras-PB. Para a coleta dos dados, foi utilizado um questionário estruturado com dez perguntas, em que se abordaram, além da caracterização sócio demográfica, aspectos de consumo, planejamento financeiro e influência midiática. Os resultados mostraram que 47% dos professores consideram que não conhecem suficiente o tema. Porém, 50% afirmaram que trabalham de forma transdisciplinar em suas aulas. Assim, é importante desenvolver políticas que ajudem a difundir esse tipo de educação não só entre os alunos, mas também entre os professores.

Palavras-chave: Educação Financeira. Temas Contemporâneos Transversais. Concepções do Professor. Transdisciplinar. Ensino Fundamental.

Abstract

Financial education became one of the Transversals Contemporary Themes of the National Common Curricular Base (BNCC) since 2018. Schools are strategic institutions to disseminate it, using teachers as multipliers. Therefore, it is necessary to know how they understand this subject, and how they share it with their students. In this perspective, the objective of this research is to investigate the conceptions of teachers of the Final Years of Elementary Education from different areas about financial education, with regard to their approach and the methodologies used in the classroom. For this purpose, the research sampled 14 teachers from Elementary School II of a state school in the city of Cajazeiras-PB. For data collection, a structured questionnaire with ten questions was used, which covers, in addition to sociodemographic characterization, aspects of consumption, financial planning and media influence. The results revealed that 47% of teachers consider that they have insufficient knowledge on the subject. However, 50% stated that they work in a transdisciplinary way in their classes. Thus, it is important to develop policies that help to disseminate this type of education not only among students, but also among teachers.

Keywords: Financial Education. Transversals Contemporary Themes. Teachers' conceptions. Transdisciplinary. Elementary School.

1. Introdução

A educação financeira tem sido uma preocupação no âmbito das políticas públicas em vários países-membros da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2005) e passou a ser mais discutida depois da crise econômica mundial de 2008. A partir de então, diferentes entidades têm se dedicado ao assunto com o objetivo de capacitar os cidadãos a acessarem os serviços financeiros e gerir suas finanças pessoais de forma assertiva. Nesse cenário, estratégias de inclusão do tema como parte do currículo do Ensino Médio foram adotadas por países como a Austrália e os membros da União Europeia (Franzoni, Martins & Quartieri, 2018).

Pessoa, Muniz e Kistemann Jr. (2018), defendem que a educação financeira deve promover uma reflexão sobre aquisição, planejamento, utilização e realocação do dinheiro e dos serviços financeiros e incentivar os alunos a se posicionarem de forma mais analítica para evitar armadilhas financeiras. Assim, é importante considerar os aspectos culturais e sociais da região onde as pessoas vivem e que suas escolhas não causam apenas impactos financeiros, mas também políticos, sociais e ambientais.

No Brasil, nos últimos anos, houve uma preocupação mais intensa em relação a esse assunto. Parcerias firmadas entre o Governo Federal, as diversas instituições que representam o setor financeiro e a sociedade civil acabaram resultando na constituição do Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF), bem como na elaboração da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF). Essa política estratégica foi criada no ano de 2010 por meio do Decreto de lei 7.397/2010, com os seguintes objetivos: fomentar um ecossistema de educação financeira e previdenciária e colaborar para consolidar o exercício da cidadania, fortalecendo o bom funcionamento do Sistema Financeiro Nacional (SFN) (Brasil, 2010a).

Ressalte-se, entretanto, que dados apresentados em uma pesquisa sobre a gestão das finanças pessoais, realizada pelo Serviço de Proteção ao Crédito e pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL & SPC Brasil, 2020), apontaram que 48% dos brasileiros não conseguem controlar seu orçamento. A pesquisa em tela mostra, ainda, que 61% dos entrevistados sentem dificuldades de controlar seu orçamento e citam como principais dificuldades: a renda variável, a falta de disciplina para registrar os gastos com regularidades e a falta de tempo. Soma-se a isso indivíduos e famílias que se encontram em situação de carência, apresentando prioridades importantes e urgentes relacionadas ao acesso à alimentação, condições de saúde e transporte, ficando seu planejamento financeiro em segundo plano (Bader & Savoia, 2013).

Por essa razão, tornou-se urgente e imprescindível disseminar a educação financeira no país. Indivíduos que adquirem conhecimentos adequados e seguem determinadas arquiteturas decisórias são capazes de desenvolver habilidades para melhorar o próprio bem-estar financeiro (Brusky & Magalhães, 2007). Além disso, esses conhecimentos despertam os indivíduos para que compreendam bem mais a relação entre os riscos financeiros e as oportunidades de negócios (European Commission, 2008). Em consonância, Lusardie Mitchell (2007; 2011) expõem que ter uma alfabetização financeira em alto nível significa estar mais habituado a planejar e a investir para atingir uma aposentadoria com renda mais estável.

A educação financeira, além de ter o potencial de favorecer o bem-estar pessoal, colabora para melhorar a qualidade de vida coletiva, porque indivíduos conscientes podem estimular a competitividade do mercado financeiro e requerer que os fornecedores financeiros adequem melhor os produtos oferecidos às demandas da população (Braunstein & Welch, 2002). Os principais benefícios de uma boa base educacional financeira são a qualificação para melhorar o acesso aos serviços disponibilizados pelo Sistema Financeiro Nacional, o preparo para contratempos para a aposentadoria, a redução das chances de cair em fraudes, além do aumento das possibilidades de atingir a estabilidade financeira e de oportunizar o alcance dos sonhos individuais (Banco Central do Brasil, 2013).

A literatura também aponta que as instituições têm potencial para promover a educação financeira já na infância (Brown *et al.* 2016). Neste sentido, a família deve contribuir para estabelecer os valores, importantes posteriormente para a utilização adequada do dinheiro e a formação da noção do controle de gastos para elaborar o planejamento do orçamento doméstico (Jacob, Sharyl & Malcolm, 2000). Nesse mesmo segmento, a escola também se configura como uma importante organização na promoção desse conhecimento, pois por meio da formação dos alunos, carrega o potencial para disseminá-lo entre as famílias favorecendo o bem estar financeiro (Silva *et al.*, 2018; Destefani, 2015). Na escola é possível discutir e ampliar definições básicas sobre finanças, economia, inflação, juros, aplicação financeira, impostos, consumo e dinheiro.

Autores como Savoia, Saito e Santana (2007), Lusardi, Mitchell e Curto (2010) sublinham a importância da educação financeira nas escolas, um dos eixos da atuação da ENEF abordado nesta pesquisa. Sua abordagem nas escolas, desde os primeiros estágios, ajuda as famílias no manejo de suas decisões (Fernandes & Cândido, 2014). Nesse contexto, o poder transformador da escola e uma educação de boa qualidade são muito necessários na formação. Segundo Pessoa, Muniz e Kistemann Jr. (2018), os

professores têm um papel fundamental na cena escolar, por meio do compartilhamento do conhecimento, uma vez que são mediadores capacitados para desenvolver ações usando ferramentas pedagógicas. Eles são multiplicadores de informações relevantes para se entender esse tipo de educação, tendo como base os princípios éticos e a cidadania.

Contudo, as escolas brasileiras, principalmente as públicas, cujo público em geral é de renda mais baixa, não trabalham a educação financeira em sala de aula ou nas atividades transdisciplinares (Lemes, 2010). A maioria das propostas existentes só é centrada na aprendizagem matemática (Rebello, Rocha & Bernardes, 2015). Por isso é importante conhecer as concepções dos educadores sobre o tema.

Concepção, de acordo com Rossi e Batista (2006), é a maneira específica que cada indivíduo tem de perceber, aprender e entender algo. As concepções de cada indivíduo são um processo social e histórico, resultado de uma construção cultural no qual estão incluídos os valores e as crenças. Por vezes, a literatura científica assume termos como concepção, pensamento, crença, entre outros, de forma indistinta. Apesar da falta de consenso entre os estudiosos quanto ao termo específico, autores como Seidl-de-Moura *et al.* (2004) e Kobarg e Vieira (2008) compartilham do entendimento de que as concepções, as cognições e as crenças influenciam o comportamento. Assim, neste trabalho, adotou-se o termo concepção por transmitir conotação dinâmica entre os aspectos cognitivos, emocionais e culturais.

Considerando que as concepções dos professores influenciam sua prática profissional, este artigo objetiva investigar as concepções de professores dos Anos Finais do Ensino Fundamental sobre a educação financeira, das diferentes áreas, no que se refere a sua abordagem no currículo e às metodologias utilizadas em sala de aula.

A seguir, apresentam-se literatura que dá suporte às discussões sobre educação financeira e suas contribuições no ambiente escolar, os procedimentos metodológicos utilizados para alcançar os objetivos da pesquisa, os resultados e as discussões a partir das análises realizadas e as considerações finais.

2. Revisão de literatura

A educação financeira é definida de muitas maneiras na literatura. De acordo com Silva *et al.* (2018, p. 217), é o “conhecimento sobre como controlar, planejar e organizar as finanças”. O tópico em questão inclui a gestão da própria renda, formas de poupar e de investir, aperfeiçoamento da compreensão sobre os conceitos econômicos, riscos, serviços financeiros, entre outros assuntos (Teixeira, 2015).

No Brasil, a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) foi instituída em 2010, cujo objetivo principal foi de disseminar ações voltadas para a educação financeira visando ao pleno exercício da cidadania. A ENEF é dirigida pelo Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF) e assessorada quanto aos aspectos pedagógicos relacionados ao tema e previdenciária pelo Grupo de Apoio Pedagógico (GAP) (Brasil 2018a). O GAP, por sua vez, é um grupo de apoio criado com o objetivo de auxiliar o CONEF a avaliar o material e as metodologias pedagógicas utilizadas no Programa de Educação Financeira nas Escolas (PEFE) (Franzoni, Martins & Quartieri, 2018). A criação da referida estratégia foi inspirada nos trabalhos pioneiros de educação

financeira desenvolvidos pela OCDE e adaptados à realidade brasileira (Banco Central do Brasil, 2015).

A ENEF propõe que, por intermédio de informações claras a respeito de conceitos e do conhecimento sobre o funcionamento dos serviços financeiros, é possível ajudar os indivíduos a adquirirem valores e competências necessários para as tomadas de decisão, as quaisse referem à identificação de oportunidades, à elaboração de planejamentos, à gestão de riscos etc., adotando atitudes que melhorem o bem-estar da população.

No ano de 2012, o CONEF criou a Associação de Educação Financeira do Brasil (AEF-Brasil), com o objetivo de apoiar as diretrizes da ENEF. Um dos principais programas da AEF- Brasil é o PEFE, que visa contribuir com o progresso da cultura de planejamento de gastos, consumo consciente, noções de gastos e investimentos, a partir da formação dos professores. A ideia é de que eles estejam qualificados para trabalhar o assunto em suas salas de aula e ser professores multiplicadores em suas escolas (AEF-Brasil, 2018).

A promulgação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em dezembro de 2017 (educação infantil e ensino fundamental) e 2018 (ensino médio), acompanhou essa evolução e indica que a educação financeira seja trabalhada nas escolas (Brasil, 2017, 2018). Isso porque a BNCC regulamenta as aprendizagens essenciais, por meio de competências e habilidades específicas para cada fase da Educação Básica nas escolas públicas e privadas do Brasil. Ou seja, é um documento norteador, que auxilia a construir o currículo específico de cada escola, que considera aspectos da sua realidade, comolocais, culturais, regionais, sociais e econômicos, reforçando a conexão entre o ensino e a realidade dos alunos.

Os currículos das escolas públicas e privadas no Brasil devem ter uma base nacional comum e outra diversificada segundo a BNCC. A parte diversificada fica sob a responsabilidade do sistema de ensino no qual o aluno está inserido, a partir dos aspectos da realidade supracitados (Brasil, 1996). Assim, a educação financeira passou a ser incorporada à BNCC como um dos Temas Contemporâneos Transversais (TCT) (Brasil, 2019). Os TCT devem ser trabalhados na educação básica em todas as escolas do Brasil, a fim de garantir o acesso a um conjunto de conhecimentos necessários para o exercício pleno da cidadania, reduzir as desigualdades e aumentar a inclusão financeira (Soares, 2017). A integração desses temas tem que ocorrer entre os componentes curriculares no sentido de estabelecer conexões com a realidade vivenciada pelos estudantes com os objetos do conhecimento descritos na BNCC (Brasil, 2018b).

Conforme o Conselho Nacional de Educação (CNE), esse tipo de prática proporciona o trabalho pedagógico centrado em eixos temáticos e contribui significativamente para o processo formativo dos alunos (Brasil, 2010b). Nessa perspectiva, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) detalham que é de suma importância trabalhar a interdisciplinaridade com enfoque em eixos temáticos integradores, conforme apontado na BNCC (Brasil, 2019). Eles devem ser escolhidos através de projeto ou plano de intervenção pedagógica (Brasil, 1999), de acordo com a realidade dos alunos e da comunidade escolar. Segundo a BNCC, esses eixos têm habilidades e competências específicas, porém carecem de ser trabalhados de forma integradora na construção do conhecimento do aluno.

Ainda de acordo com as diretrizes da BNCC, a educação financeira deve ser abordada por diferentes disciplinas na escola, que devem abordá-la de forma transdisciplinar englobar os seguintes conceitos: economia, finanças, taxas de juros, inflação, aplicação financeira, impostos, consumo e sustentabilidade ambiental (Brasil, 2018b). Outrossim, a BNCC mostra algumas sugestões sobre como trabalhar o tópico em sala de aula nos componentes curriculares. São muitos os exemplos: o professor de História pode desenvolver um projeto sobre o uso adequado do dinheiro e sua função na sociedade, e o de Matemática pode criar planilhas para controlar o orçamento doméstico, entre outros casos.

Recentemente, o Decreto nº 10.393, de 9 de junho de 2020, revogou o Decreto nº 7.397/2010 e instituiu a Nova ENEF e o Fórum Brasileiro de Educação Financeira (FBEF) (Brasil, 2020a). Segundo as mudanças recentes, é indicado que o assunto seja disseminado por meio de componentes curriculares ou de projetos que desenvolvam habilidades socioemocionais. Logo, todas as escolas públicas e privadas do Brasil deverão inserir esse conteúdo de forma transversal e integradora no ensino.

Considerando o contexto descrito, verifica-se que o Brasil vem apresentando alguns avanços, nos últimos anos, quanto à tentativa de inserir o ensino da educação financeira nas escolas. Nesse sentido, os professores são considerados como importantes mediadores do conhecimento. No entanto, o desempenho dos brasileiros na 3ª edição da prova do Programme for International Student Assessment (PISA) em 2018, publicado pela OCDE, é o 4º pior entre 77 países. A prova é aplicada aos jovens de 15 anos de idade e testa o letramento financeiro. Considerando os países pesquisados, apenas 10% dos jovens apresentaram o mais alto nível de alfabetização financeira. Esse resultado indica que esses jovens provavelmente terão dificuldades de tomar decisões financeiras em suas vidas cotidianas (Organisation for Economic Co-operation and Development, 2018).

Esses resultados também são consequência direta do desempenho nos três pilares fundamentais da educação- leitura, matemática e ciências - nos países medidos pela prova. No Brasil, o baixo desempenho nas provas tem sido persistente na última década e na prova de matemática o país continua entre os 10 últimos colocados (Organisation for Economic Co-operation and Development, 2018). Além de analisar a posição do Brasil no cenário mundial, é importante destacar as diferenças educacionais existentes entre as regiões do país. De acordo com o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) de 2019 (Brasil, 2020b), o estado da Paraíba figurou em 19º lugar entre os estados brasileiros e o Distrito Federal no que se refere ao ensino médio, e ficou em 25º lugar na avaliação do 8º ao 9º anos (Ensino Fundamental II), objeto de estudo da pesquisa.

É nesse diapasão que emerge a proposta de que conhecimentos importantes devem ser acessíveis aos alunos desde a infância (Heckman, 2008). Nesse viés, Silva (2016b) e Laureano, Mendes e Mattos (2019) apontam que é essencial disseminar a educação financeira entre as crianças e esclarecer sobre o valor do dinheiro, a manipulação adequada de moedas e cédulas, a importância do consumo consciente e o gerenciamento das finanças em curto, médio e longo prazos. Segundo Stephani (2005), quando o jovem chega ao ensino médio, já tem os pontos de vista de sua família, os conceitos construídos em seu bairro e região, bem como os conceitos construídos sob a influência da mídia. Nessa direção, ela deve ser inserida no ensino fundamental e nos

primeiros anos, para que crianças aprendam sobre a relação entre o consumo consciente e a responsabilidade com o orçamento familiar.

A partir disso, as crianças conseguem compreender bem mais a situação financeira de suas famílias e podem, em última instância, ajudá-las a poupar e amenizar as dificuldades encontradas no controle do orçamento doméstico (Jacob, Sharyl & Malcolm, 2000). Dessa feita, a construção de um projeto pedagógico de educação financeira nas escolas é uma estratégia importante para abordar determinadas temáticas, uma vez que evidencia o compromisso social e político das instituições de ensino com o envolvimento de toda a comunidade escolar (Silva, 2007). Santana (2013) reforça que o trabalho com projeto pedagógico, na visão transdisciplinar, facilita a comunicação entre o trabalho das diferentes disciplinas de forma integradora. Nesse sentido, a mediação do professor é de fundamental importância para promover no estudante um pensamento crítico, a partir dos contextos sociais em que estão inseridos (Pessoa, Muniz & Kistemann Jr. 2018).

Conhecer o que os professores pensam sobre a educação financeira em estudo é um fator considerável para o progresso da qualidade da sua abordagem no contexto educacional (Atkinson & Messy, 2013). Way e Holden (2009), ao pesquisar as concepções dos professores do Ensino Fundamental e do Médio sobre finanças, verificaram que 37% dos professores afirmaram nunca ter aprendido conteúdos ligados ao assunto. Entretanto, os autores reportam que muitos professores procuram informações sobre finanças com o objetivo de adquirir conhecimentos para sua necessidade. Isso indica que essa busca tem um interesse mais motivado por questões pessoais do que para uso profissional, ou seja, nas escolas.

É importante destacar, também, o que se entende por finanças e as concepções associadas ao tema. Lusardie Mitchell (2014) definem o termo finanças como o manuseio do dinheiro nas diferentes situações da vida cotidiana. Essas situações envolvem desde o planejamento financeiro até o controle das despesas, das receitas e dos gastos. É sob esse prisma que a formação continuada do professor passa a desempenhar um papel central (Rodrigues, Lima & Viana, 2017), pois é de grande ajuda para se compreenderem temas áridos, em constante mudança e associados a conceitos complexos, como é o caso das finanças. Os Cursos de Formação têm a finalidade de atualizar e complementar os conhecimentos adquiridos durante o Curso de Graduação dos professores (Silva, 2016a). O autor conclui que a maioria dos cursos disponíveis no Brasil é voltada para finanças pessoais, e não, para a educação financeira escolar, o que dificulta a formação do professor nessa área.

O desenvolvimento de novos conhecimentos em cursos de capacitação voltados para os professores ajuda a desenvolver as ações cotidianas nas escolas. Por meio de professores continuamente qualificados, a educação financeira, no ambiente escolar, deve ser trabalhada de forma coerente, clara e contextualizada, com discussões sobre planejamento orçamentário, sustentabilidade, ética, uso do dinheiro, juros e impostos a serem pagos nas transações (Ramon & Trevisan, 2019). Ademais, trabalhar a conscientização sobre o consumo exagerado e como isso afeta o meio ambiente¹ e as relações sociais e econômicas pode contribuir para melhorar a vida dos alunos no

¹Alguns critérios que devem ser levados em consideração, ao escolher os bens de consumo, priorizando sempre os que causam menos impacto no meio ambiente, como produtos orgânicos e produzidos por matrizes limpas de energia, e preferir os que envolvem o uso intensivo de recursos naturais exauríveis (Tadeu, Breyer & Soares, 2016).

futuro. Para isso, Laureano, Mendes, Mattos (2019) e Santos (2014) argumentam que essa vertente da educação deve extrapolar o ambiente escolar e ser trabalhada com as famílias e toda a comunidade escolar.

Almeida e Arantes (2014) afirmam que a família e a escola devem trabalhar em uma relação recíproca. Cada uma com um papel definido na missão de contribuir para o aprendizado e o desenvolvimento da criança e do adolescente (Weisz, 1999). Logo, cabe à família colaborar para inserir a criança e o adolescente no orçamento doméstico e no planejamento familiar por meio de práticas cotidianas (Jacob, Sharyl & Malcolm, 2000). Silva *et al.* (2018) sublinham que esse tipo de educação se torna mais eficaz quando a escola e a família trabalham em coletividade para construir conhecimentos. É por meio dessa parceria que se pode garantir uma educação de boa qualidade.

Rodrigues, Lima e Viana (2017) alertam que a relação entre a família e a escola apresenta grandes desafios, que devem ser superados no cotidiano das escolas. Por isso, a implantação da educação financeira na Educação Básica deve visar ao desenvolvimento de valores, conhecimentos, competências e habilidades necessários para uma vida financeira saudável em curto, médio e longo prazos. A escola e a família são duas instituições pilares da sociedade e precisam desenvolver em conjunto as políticas públicas voltadas para esse tipo de educação, por meio de projetos pedagógicos transdisciplinares baseados em evidências e em harmonia com os objetivos da formação cidadã.

Assim, a promoção da educação financeira, em todos os níveis escolares, e trabalhada de acordo com uma abordagem transversal, pode possibilitar a compreensão de diversos aspectos que incluem a liberdade ou independência financeira. Vale lembrar que se trata de um campo do conhecimento abrangente, em que são abordados os elementos básicos da economia, dos recursos e da produção; do consumo consciente e do papel do orçamento pessoal e familiar; do planejamento e das opções de investimentos e crédito, assim como a respeito dos meios de pagamento, seguros e composição do sistema financeiro. Nessa perspectiva, esse campo do saber pode se aprofundar nos aspectos da regulação financeira e em medidas de proteção dos seus participantes (Vargas, 2008).

Logo, acredita-se que disseminar a educação financeira pode ajudar grande parte da população a superar as dificuldades e reduzir as desigualdades sociais. Assim como em outros países, as iniciativas de educação financeira devem ser desenvolvidas sobre uma sólida base de evidências e diagnósticos, princípios, melhores práticas e recomendações. Nesse sentido, a pesquisa traz informações sobre um dos principais atores desse processo - o professor.

3. Procedimentos metodológicos

Para atingir o propósito de investigar as concepções de professores dos Anos Finais do Ensino Fundamental sobre a educação financeira das diferentes áreas, no que se refere a sua abordagem e às metodologias utilizadas em sala de aula, recorreu-se a um estudo empírico de campo (Vergara, 2013) e exploratório qualitativo (Yin, 2016). Essa estratégia contribuiu para que os pesquisadores tivessem certa proximidade com o *locus* do objeto de estudo, que foi uma escola localizada num município do Nordeste brasileiro de pequeno porte, que tem uma economia baseada em atividades de serviços, comércio e agropecuárias, principalmente ligadas à agricultura familiar.

Conforme os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019), o município de Cajazeiras, pertencente à mesorregião do Alto Sertão do estado da Paraíba, tem uma população de 61.993 habitantes e está a 468 km da capital do estado, João Pessoa. Ainda em termos econômicos, a maioria dos estabelecimentos localizados no município é de micro e pequenas empresas familiares, intensivas em mão de obra, com boa parte atuando na economia informal. Tais características tornam ainda mais importante a presença da educação financeira nas escolas do município, no sentido de ajudar a população nas decisões financeiras do cotidiano.

A presente pesquisa é parte das atividades do Curso de Especialização em Educação Financeira (CEEf/UFPB), o primeiro sobre o tema na modalidade ensino a distância oferecido por uma instituição de ensino superior pública no Brasil. Com exceção de uma das pesquisadoras, que atua como docente na escola, os entrevistados não participaram de qualquer treinamento, atividade ou qualificação relacionada à educação financeira. Logo, trata-se de evidências empíricas a partir de professores não familiarizados com a temática.

A escola participante funciona nos turnos da manhã e da tarde e atende, aproximadamente, a 250 alunos distribuídos em oito turmas. Ela dispõe de 32 servidores públicos, entre os quais, 14 professores que atuam do 6º ao 9º ano e fizeram parte da amostra. A limitação do tamanho da amostra, por força dos quadros da escola, fez com que as conclusões da pesquisa fossem mais parcimoniosas e possibilitou mais aprofundamento nas entrevistas de cada participante. Apesar da considerável carga de trabalho e do tempo limitado para se dedicarem a responder a todos os itens perguntados, todos os professores da escola participaram da amostra do trabalho.

Os dados foram coletados no ano de 2019, seguindo algumas etapas. Primeiramente, fez-se uma visita prévia aos professores, com o intuito de verificar a disponibilidade de agendamento para aplicar o questionário. O horário e o local das entrevistas foram acordados entre a pesquisadora e os participantes. No dia da coleta, foi lido o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, que apresenta o objetivo e informa ao entrevistado que pode desistir, em qualquer momento, de participar dela e deixar de responder a qualquer pergunta. Depois dessa etapa, foram assinados os Termos de Consentimento e aplicado o questionário.

Segundo Huston (2010), na próxima etapa, foi feito um levantamento dos dados sociodemográficos e dos relatos dos participantes. Os dados foram avaliados de acordo com a teoria da análise de conteúdo de Bardin (2011), que auxiliou a identificar as concepções dos professores. O instrumento de coleta das informações analisadas nesta pesquisa foi um questionário, conforme já mencionado, estruturado com perguntas elaboradas a partir de objetivos predeterminados (Marconi & Lakatos, 2010), com base na revisão de literatura.

O questionário foi elaborado com perguntas abertas e fechadas, divididas em duas partes: a primeira voltada para os aspectos sociodemográficos como idade, sexo, escolaridade e área de atuação, com a finalidade de conhecer a realidade do participante e contextualizar melhor as análises e a interpretação dos resultados. Na segunda parte, foram tratadas as concepções sobre esse tipo de educação, levantando informações sobre de que forma o assunto é abordado de modo geral, com os alunos na escola, na disciplina ou em atividades fora da classe.

A análise respeitou as seguintes etapas: 1) leitura fluente, ou seja, contato inicial com os dados coletados, para compreender de forma global a temática; 2) identificação de temas comuns, o que levou à construção de unidades de sentido; 3) formulação de hipóteses e indicadores advindos da amostra selecionada; 4) categorização das unidades de análise, uma vez que os dados foram interpretados.

4. Resultados e discussões

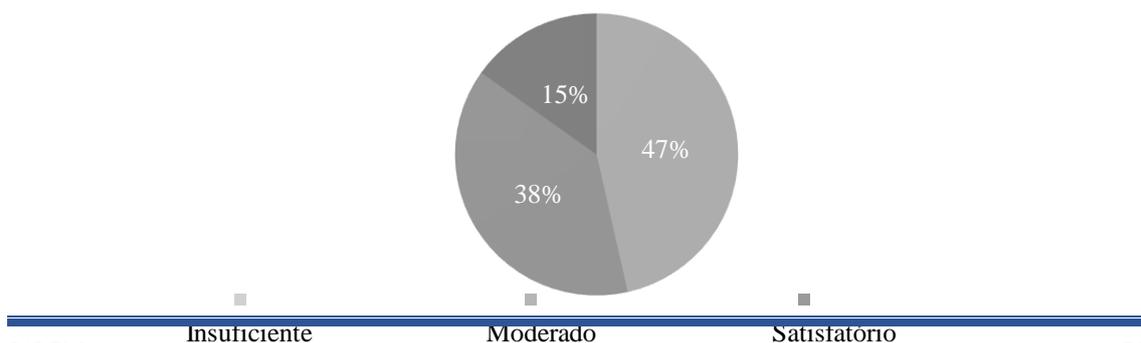
Para investigar como os professores não familiarizados com o tema ‘educação financeira’ na escola estudada é percebido e como suas concepções se relacionam com a disseminação desse assunto, foi proposto um questionário. Inicialmente, foram obtidos dados sociodemográficos dos participantes, como gênero, faixa etária, escolaridade e área de atuação. Com essas informações e a orientação das perguntas do questionário, foi possível traçar um perfil mais sintetizado dos participantes da pesquisa.

Em síntese, as questões trouxeram informações sobre como a escola tem abordado o tema, sobre seu nível de conhecimento por parte dos entrevistados e se, na opinião deles, a educação financeira deve ser inserida nos conteúdos de matemática financeira ou como isso deve ser feito, em caso negativo. Por fim, foi perguntado aos entrevistados se eles acham importante a participação em cursos de formação em educação financeira, e se isso traz benefícios sobre como organizar melhor as finanças pessoais como instrumento de qualidade de vida para si e para a comunidade escolar.

Observou-se que, dos 14 professores que participaram da pesquisa, oito eram mulheres (57%), e seis, homens (43%), com idades que variaram entre 20 e 63 anos, portanto, uma média igual a 49 anos. A faixa etária com maior frequência foi de 53 a 63 anos, pois oito participantes (57%) tinham essas idades. Do total de entrevistados, apenas um não havia concluído o Curso de Licenciatura Plena, e os demais, ou seja, 93% (13 professores) tinham o nível superior completo. Com ênfase nesses 13 participantes, cinco (38%) haviam concluído também curso em nível de pós-graduação do tipo *lato sensu*, mas nenhum do tipo *stricto sensu*.

Os entrevistados foram classificados segundo as diversas áreas de conhecimento. Assim, a área de Linguagens, que é integrada pelos componentes curriculares de Arte, Língua Portuguesa, Língua Inglesa e Educação Física, foi representada por 57% dos entrevistados. Em segundo lugar, destacaram-se a área de Ciências Humanas e suas Tecnologias, composta pelos componentes curriculares História e Geografia, com 21%. O terceiro lugar, com 14%, foi a área de Ciências da Natureza e suas Tecnologias, e com 8%, a área de Matemática e suas Tecnologias. A Figura 1 mostra o nível de conhecimento em educação financeira dos professores estudados:

Figura 1: Nível de conhecimento em educação financeira



Fonte: Dados da pesquisa -2019

Como mostra a figura, em relação à pergunta sobre o nível de conhecimento em educação financeira, 47% responderam que acreditam ter conhecimento insuficiente, 38%, moderado, e 15%, satisfatório. Considerando esse resultado, que se assemelhou aos encontrados por Way e Holden (2009), entende-se que é preciso intensificar a formação de professores na área, já que a maioria dos entrevistados consideram ter conhecimento insuficiente. Embora não se tenha sabido quais são os meios de aquisição de informações sobre o objeto em questão, como grande parte dos professores entrevistados consideraram conhecimento insuficiente, é possível que as informações sobre esse assunto sejam obtidas de maneira informal.

Foram entrevistados professores de várias áreas do conhecimento, todavia os resultados sugerem que esse fator não interferiu nas concepções dos participantes sobre a educação financeira. Apesar de esse tema não ter sido oferecido como disciplina na grade curricular das escolas brasileiras ou de ter sido um conteúdo trabalhado na formação acadêmica desses profissionais, está presente em todas as áreas de especialidade. Sendo assim, espera-se que, a partir do que dispõe a BNCC (Brasil, 2018) sobre a indicação de se discutir sobre o tópico, ele não só seja trabalhado nas escolas, como também incorporado à formação continuada dos professores.

Nessa situação, com o intuito de conhecer bem mais a parte diversificada da escola em que os professores entrevistados lecionam, foi questionado se existia na grade curricular o componente Educação Financeira. Apurou-se que todos os professores amostrados nesta pesquisa afirmaram que a escola não dispõe desse componente em sua grade diversificada. É preciso destacar que a BNCC não determina que o tema seja apresentado como um componente curricular obrigatório (Brasil, 2019). Além disso, sabe-se que, no Brasil, essa situação é muito comum, pois ainda é relativamente recente o entendimento de que esse segmento da educação deva ser trabalhado na escola.

Apesar de a escola pesquisada não ter a disciplina em sua grade curricular e de a metade dos professores considerar que têm conhecimento insuficiente sobre educação financeira, 61% dos entrevistados demonstraram estar conscientes da importância de se abordar esse tipo de educação de forma transdisciplinar, enquanto a parcela complementar de entrevistados, que seria de 39%, parece não estar seguradessa questão transversal. Os participantes revelaram um entendimento de que não é apenas responsabilidade do professor de Matemática abordar o assunto em suas aulas. Tal entendimento está em consonância com a BNCC, que dispõe sobre a importância da prática transdisciplinar e determina que os conceitos essenciais sobre esse tipo de educação sejam trabalhados na disciplina Matemática.

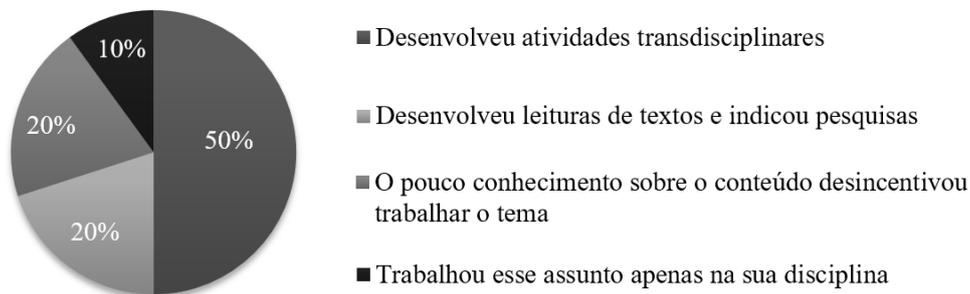
Há que se ressaltar que as disciplinas devem compartilhar, de maneira integrada, os mais variados significados e concepções úteis para abordar os conhecimentos prioritários do projeto pedagógico, que devem ser abordados de forma transversal, considerando sua relevância social e visando, ao mesmo tempo, construir uma sociedade menos desigual, sob o ponto de vista do acesso às oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional. A fim de conhecer como esses professores consideram isso em sua prática pedagógica, foi feito o seguinte questionamento: “Como a escola e sua disciplina, em particular, trabalham o tema educação financeira com os alunos, os pais e a comunidade escolar?” Nesse quesito, todos os respondentes

afirmaram que a escola tinha um Projeto de Intervenção Pedagógica voltado para o consumo e a influência da mídia. Tal estratégia está de acordo com o que aponta Silva (2007).

Antes da promulgação da BNCC, os professores e a equipe escolar já estavam desenvolvendo uma prática transdisciplinar voltada para o eixo temático ‘educação financeira’. No que concerne aos pais e à comunidade escolar, não foram encontrados relatos dos participantes sobre como é feita essa parceria entre a escola e as famílias. Devido à falta de relatos sobre essa relação, verificou-se que a temática não é abordada de forma sistêmica e abrangente, a ponto de envolver outros atores sociais, como os pais ou a comunidade de uma forma geral de uma forma mais direta. Reitera-se que esse envolvimento e essa colaboração são essenciais para o desenvolvimento da aprendizagem significativa do aluno (Jacob, Sharyl & Malcolm, 2000).

Ainda sobre como a educação financeira é trabalhada com os alunos e a comunidade escolar, os professores referiram que usam estratégias variadas em sua abordagem. Os participantes responderam de forma livre a essa questão e suas respostas foram agrupadas posteriormente em quatro categorias, conforme pode ser visto na Figura 2. Metade dos participantes relatou que desenvolvia atividades que contemplavam uma prática transdisciplinar que abordava, principalmente, o consumo e o planejamento financeiro. Um total de 20% dos professores afirmaram que desenvolviam leituras de textos e indicavam pesquisas (feitas em casa pelos alunos e debatidas em sala de aula) no horário da aula. Outros 20% comentaram que, devido ao pouco conhecimento sobre o conteúdo, só desenvolveram as ações propostas pelo Projeto de Intervenção Pedagógica da escola, e 10% afirmaram que só trabalharam esse assunto em sua disciplina.

Figura 2: Como a educação financeira é trabalhada com os alunos e a comunidade escolar



Fonte: Dados da pesquisa - 2019

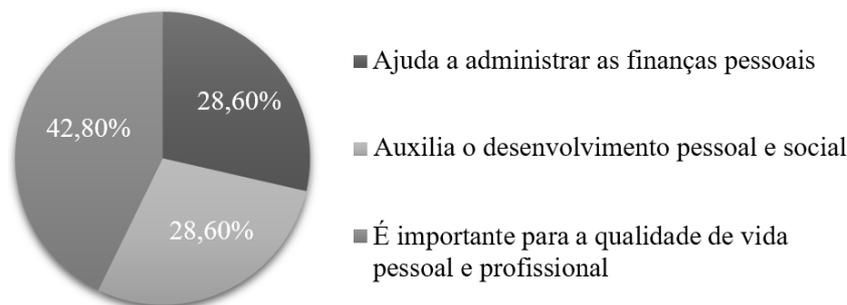
Sob esse prisma, observou-se que a maioria dos professores já desenvolviam a educação financeira de forma transdisciplinar. Já outros, apesar de afirmarem que o conhecimento ainda é insuficiente, tentaram desenvolver atividades propostas de forma conjunta com o projeto da escola. Os professores investigados nesta pesquisa não tiveram em seus Cursos de Licenciatura uma base, cujo enfoque fosse esse tipo de

educação, e também não viram esse conteúdo em sua formação escolar, pois, como foi discutido, ele é relativamente recente e está sendo gradualmente implantado nas escolas. Espera-se que, desde o ano de 2018, com a indicação de implantar a educação financeira e, com a Nova ENEF (Decreto nº 10.393) (Brasil, 2020a), essa realidade venha sendo modificada, e o assunto passe a ser trabalhado de forma conjunta e sistêmica entre as áreas de conhecimento dentro do projeto pedagógico das escolas.

Ao serem questionados sobre a importância de participar de cursos de formação sobre educação financeira, todos os professores disseram que consideravam importante o conhecimento na área. Além disso, os docentes demonstraram interesse em adquirir qualificação a respeito do tema, para trabalhar em suas aulas e em conjunto com outras disciplinas, em especial, a Matemática. Assim, o aprofundamento desse tema pode facilitar sua prática pedagógica, conforme apontado por Rodrigues, Lima e Viana (2017). Por meio de uma qualificação formal e continuada, o professor poderá promover esse tipo de educação e orientar os alunos e a comunidade a serem mais assertivos em suas decisões financeiras.

Para conhecer as concepções dos professores sobre o tópico estudado, foi proposta a questão aberta: *“Para você, o conhecimento da educação financeira pode apresentar os benefícios e as influências de organizar as finanças pessoais como instrumento de qualidade de vida para a comunidade escolar?”* As respostas estão na Figura 3 e foram agrupadas em três grandes categorias definidas a posteriori. Verificase que 28,6% dos professores entrevistados consideraram que conhecer esse tipo de educação ajuda a administrar as finanças pessoais. Em igual percentual, afirmaram que auxiliam o desenvolvimento pessoal e em sociedade, e 42,8% revelaram sua importância sobre a qualidade de vida pessoal e profissional.

Figura 3: Conhecimento sobre os impactos da educação financeira



Fonte: Dados da pesquisa - 2019

O Quadro 1 apresenta o recorte das respostas escritas pelos professores.

Quadro 1: Exemplos de relatos dos professores entrevistados

Relatos	Categorias
“É necessário para o uso adequado do dinheiro e organização das finanças.” (Prof. da área de Ciências da	Ajuda a administrar as finanças pessoais

Natureza e suas Tecnologias)	
“Sim. O conhecimento do conteúdo ajuda a contribuir para um melhor desenvolvimento pessoal e em sociedade.” (Prof. da área de Linguagens e Códigos)	Auxilia no desenvolvimento pessoal e profissional
“É fundamental ter conhecimento em finanças para uma organização financeira, que permita a realização de sonhos a curto, médio e longo prazo.” (Prof. da área de Matemática e suas Tecnologias)	É importante para a qualidade de vida

Fonte: Dados da pesquisa - 2019

A professora da área de Ciências da Natureza sublinhou a importância de se usar o dinheiro para organizar melhor as finanças. Já no relato do professor da área de Linguagens, é apontado que ter conhecimentos em finanças pessoais contribui para o desenvolvimento pessoal e em sociedade. Essa concepção salienta que finanças pessoais é a ciência que estuda a aplicabilidade de concepções financeiras na tomada de decisões de uma pessoa ou família (Silva *et al.*, 2018).

A última fala foi do professor de Matemática, que indicou que esse conhecimento é fundamental para uma organização financeira que possibilite a realização de sonhos em curto, médio e longo prazos. Tal entendimento envolve uma concepção ainda mais ampla, que atravessa diferentes campos e momentos de vida e corroborou pensamento de Lemes (2010) e o que preconizam os PCN (Brasil, 1999), no sentido de trabalhar a transdisciplinaridade com enfoque em eixos integradores, uma vez que a educação financeira envolve diferentes dimensões do cotidiano. Assim, por se tratar de um campo de saber que, além dos conhecimentos matemáticos, engloba conhecimentos das ciências Humanas, da Natureza e Linguagens e Códigos, deve ser abordado de forma transdisciplinar por todas as áreas.

Os resultados também sugerem que esforços para disseminar a educação financeira devem vir bem antes do Ensino Fundamental II, em linha com Silva (2016b) e Laureano, Mendes e Mattos (2019). Os conceitos de moeda e dinheiro devem ser trabalhados desde a infância, para que as crianças se apropriem dos elementos que são fundamentais para suas decisões cotidianas de consumo, noções e as primeiras concepções. Silva (2016b) afirma que os hábitos, os comportamentos e os costumes referentes ao uso do dinheiro e dos serviços financeiros de forma consciente, nas primeiras etapas do desenvolvimento escolar, influenciarão o futuro profissional dos indivíduos quando forem adultos.

Nesse contexto, considerando o desempenho do país no PISA 2018 e do estado da Paraíba, no IDEB 2019, deve-se ter muita cautela e não sobrecarregar o professor de Matemática ou de qualquer outro conteúdo, com a responsabilidade de disseminar a educação financeira de maneira exclusiva. Essa ação deve ser transversal e compartilhada com as diversas áreas do conhecimento, alinhada com o projeto pedagógico da escola e abrangendo toda a comunidade escolar. Logo, independentemente da ENEF ou da Nova ENEF, é preciso haver alguns elementos para a política pública ser mais efetiva e que considere as percepções e as concepções dos professores sobre o tema (Rossi & Batista, 2006).

Em se tratando de como a educação financeira é abordada com os pais, com os alunos e com a comunidade escolar, todos os entrevistados afirmaram que, por intermédio do projeto de intervenção pedagógica, o consumo, o planejamento financeiro e a influência midiática são assuntos abordados com os alunos, ou seja, por meio de

uma abordagem transdisciplinar. Entretanto, não foram encontrados relatos sobre como esse tópico é abordado com os pais e a comunidade escolar. Nesse cenário, todos os entrevistados discorreram sobre a importância de participar de cursos de formação continuada sobre a temática. Se por um lado essas evidências são preocupantes, à luz dos achados de Lusardi, Mitchell e Curto (2010), Atkinson e Messy (2013), Bruskye Magalhães (2007) e Braunstein e Welch (2002), por outro ela indica a abertura e o interesse dos professores em melhorar seus conhecimentos sobre o assunto discutido.

5. Considerações finais

A implantação da educação financeira nas escolas pode contribuir para que os alunos aprendam a tomar decisões essenciais em sua vida, seja pessoais ou familiares. A transformação desse cenário deve ser urgente e se espera que as ações nesse âmbito sejam mais bem orientadas pela BNCC, que dispõe que as escolas devem abordá-la em seu currículo (Brasil, 2018). Esse tema deve ser tratado como TCT e pode ser trabalhado de forma integrada e transdisciplinar entre as diversas áreas.

De acordo com os resultados desta pesquisa, quase a metade dos professores relatou que seus conhecimentos sobre educação financeira ainda são limitados e, por isso, não se sentem completamente seguros quanto às suas concepções. Isso sugere um problema multicausal, que também pode ser consequência de os professores amostrados terem tido uma formação em seus cursos de licenciatura que não contemplou uma grade curricular incluindo esse tópico.

No entanto, também foi mostrado que as concepções dos professores estão mudando devido à importância desse tema sob o ponto de vista pessoal e social. A pesquisa revelou que a escola investigada não dispõe de um componente curricular sobre educação financeira em sua parte diversificada - o que também serve de limitação para o desenvolvimento das concepções dos seus professores sobre o tema - e que as mudanças de concepções têm contribuído para identificar oportunidades de se desenvolverem atividades de educação financeira voltadas para o atual projeto pedagógico da escola.

Isso foi notado, já que um, em cada cinco professores, afirmou que trabalhou o assunto por meio de leitura e pesquisas em suas aulas e com igual proporção, os que trabalharam a educação financeira em sua disciplina, mesmo que apenas em alguns casos. Em linha com a BNCC, que não regula a educação financeira como um componente curricular obrigatório, a pesquisa recomenda que isso deve ocorrer de forma transversal entre as áreas de conhecimento e que essa responsabilidade não deve recair exclusivamente nos professores de Matemática. Ademais, essa abordagem não envolve os pais e a comunidade escolar de forma ampla, embora, como dito pelos participantes da pesquisa, exista um reconhecimento da importância do assunto e compreensão de que ele deve ser trabalhado de forma transversal e integrada, ou seja, por intermédio dos eixos temáticos.

Nesse sentido, sublinha-se que, além de incluir esse assunto na formação dos docentes, é importante disseminar programas e cursos de formação continuada destinados aos professores. Indica-se que esses programas e cursos devem ser fortemente alinhados aos princípios da transdisciplinaridade, do apoio às demais dimensões da cidadania, como a educação fiscal, a educação ambiental e a educação empreendedora, e, sobretudo, ajudem os entes subnacionais a potencializarem os

resultados das agendas locais. Dessa forma, a pesquisa tentou colaborar para o conhecimento sobre a realidade do debate desse tipo de educação nas escolas de forma contextualizada e inspirar outras iniciativas que colaborem para disseminar a educação financeira no Brasil.

Referências

- Almeida, A. C., & Arantes, A. (2014). A relação família e escola: pressuposto para o processo ensino-aprendizagem. *Revista Eventos Pedagógicos*, 5(2), 22-31.
- Associação de Educação Financeira do Brasil-AEF Brasil (2018). Programa de Educação Financeira nas Escolas. Brasil: AEF-Brasil.
https://www.bcb.gov.br/pre/pef/port/Estrategia_Nacional_Educacao_Financeira_ENEF.pdf.
- Atkinson, A., & F. Messy. (2013). Promoting financial inclusion through financial education: OECD/INFE evidence, policies and practice. *OECD Working Papers on Finance, Insurance and Private Pensions*. Paris, n. 34, OECD.
doi:10.1787/5k3xz6m88smp-en
- Bader, M., & Savoia, J. R. F. (2013). Logística da distribuição bancária: tendências, oportunidades e fatores para inclusão financeira. *Revista de Administração de Empresas*, 53(2), 208-215. doi:10.1590/S0034-75902013000200008
- Banco Central do Brasil. (2013). Caderno de educação financeira: gestão de finanças pessoais. Brasília. www.bcb.gov.br/pre/pe/port/caderno_cidadania_financeira.pdf.
- Banco Central do Brasil. (2015). Brasil: implementando a estratégia nacional de educação financeira. Brasília.
www.bcb.gov.br/pre/pef/port/Estrategia_Nacional_Educacao_Financeira_ENEF.pdf.
- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. São Paulo: ed. 70.
- Brasil (2010a). Casa Civil. Decreto nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010. Brasília.
- Brasil (2020a). Casa Civil. Decreto nº 10.393, de 9 de junho de 2020. Brasília.
- Brasil. (2018a). Comitê Nacional de Educação Financeira – CONEF. Deliberação nº 19, de 16 de maio de 2017. Brasília: Diário oficial da União.
<http://www.impresanacional.gov.br/web/guest/consulta>.
- Brasil. (2010b). Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica – CNE. Parecer nº 11, de 7 de outubro de 2010. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos. Brasília: Diário oficial da União.
- Brasil (2020b). Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. Ministério da Educação – MEC. Resultado do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) 2019.
www.download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/notas_estatisticas/2018/notas_estatisticas_censo_escolar_2018.pdf.
- Brasil (1996). Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 90394/96 de 20 de dezembro de 1996. www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.html.
- Brasil (2017). Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular: Educação e a base. Brasília: Ministério da Educação.
http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/04/BNCC_Ensino_fundamental_embaixa_site.pdf.

- Brasil (2018b). Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: Ministério da Educação.
- Brasil (2019). Ministério da Educação. Temas Contemporâneos Transversais na BNCC: contexto histórico e pressupostos pedagógicos. Brasília.
http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/contextualizacao_temas_contemporaneos.pdf
- Brasil (1999). Parâmetros Curriculares Nacionais: Matemática. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF.
- Braunstein, S., & Welch, C. (2002). Financial literacy: an overview of practice, research, and policy. *Federal Reserve Bulletin*. (pp. 445-457).
<https://www.federalreserve.gov/pubs/bulletin/2002/1102lead.pdf>.
- Brown, M., Grigsby, J., Klaauw, W., van der, Wen, J., & Zafar, B. (2016). Financial education and the debt behavior of the young. *The Review of Financial Studies*, 29, 2490-2522. doi:10.1093/rfs/hhw006.
- Brusky, B., & Magalhães, R. (2007). Assessing indebtedness: results from pilot survey among steelworkers in São Paulo. *International Labour Office*.
http://www.ilo.int/wcmsp5/groups/public/---ed_emp/documents/publication/wcms_117961.pdf.
- Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas - CNDL, & Serviço de Proteção ao Crédito - SPC Brasil. (2020). Pesquisa nº 7171. 48% dos brasileiros não controlam o orçamento. <https://www.spcbrasil.org.br/pesquisas/pesquisa/7171/>.
- Destefani, S. M. (2015). Educação financeira na infância. *Revista Eventos Pedagógicos*, 6(4), 274-282.
- European Commission. (2008). Educação financeira. *Fin-Focus Europe*, 5, 3-4.
- Fernandes, A. H. S., & Cândido, J. G. (2014). Educação financeira e nível do endividamento: relato de pesquisa entre os estudantes de uma instituição de ensino da cidade de São Paulo. *Revista Eletrônica Gestão e Serviços*, 5(2), 894-913.
- Franzoni, P., Martins, S. N., & Quartieri, M. T. (2018). A Educação Financeira como política pública no ensino básico: algumas reflexões. *Revista Educação, Cultura e Sociedade*, 8(2), 383-395.
- Heckman, J. J. (2008). Schools, skills, and synapses. *Economic Inquiry*, 46(3), 289-324. doi:10.1111/j.1465-7295.2008.00163.x
- Huston, S. (2010). Measuring financial literacy. *The Journal of Consumer Affairs*, 44(2), 296-316. doi:10.1111/j.1745-6606.2010.01170.x.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. (2019).
<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/cajazeiras/panorama>.
- Jacob, K., Sharyl, H., & Malcolm, B. (2000). *Tools for survival: an analysis of financial literacy programs follower income families*. Chicago: Woodstock Institute.
<https://www.aecf.org/m/pdf/woodstockinstitute-toolsforsurvivalfinancialliteracy-2000.pdf>
- Kobarg, A. P. R., & Vieira, M. L. (2008). Crenças e práticas de mães sobre o desenvolvimento infantil nos contextos rural e urbano. *Psicologia: reflexão e crítica*, 21(3), 401-408. doi:10.1590/S0102-79722008000300008.
- Laureano, A. I. R., Mendes, D. P., & Mattos, S. H. (2019). Educação financeira: um estudo com discentes do Curso de Administração de uma Instituição de Ensino Superior. *Revista Expressão Católica*, 8(2), 79-91. doi:10.25190/rec.v8i2.3221.
- Lemes, A. L. (2010). Educação Financeira para o ensino médio da rede pública: uma proposta inovadora. Centro Universitário Salesiano de São Paulo – UNISAL.

https://unisal.br/wp-content/uploads/2013/04/Disserta%C3%A7%C3%A3o_Ana-Lucia-Lemes-Negri.pdf.

- Lusardi, A., & Mitchell, O. S. (2007). Baby Boomer retirement security: the role of planning, financial literacy, and housing wealth. *NBER Working Paper n° 12585*. <https://www.nber.org/papers/w12585>.
- Lusardi, A., & Mitchell, O. S. (2011). Financial literacy and planning: implications for retirement wellbeing. *NBER Working Paper N° 17078*. <https://www.nber.org/papers/w17078>.
- Lusardi, A., & Mitchell, O. S. (2014). The economic importance of financial literacy: theory and evidence. *Journal of Economic Literature*, 52(1), 5-44. doi:10.1257/jel.52.1.5.
- Lusardi, A., Mitchell, O. S., & Curto, V. (2010). Financial literacy among the young. *The Journal of Consumer Affairs*, 44(2), 358-380. doi:10.1111/j.1745-6606.2010.01173.x.
- Marconi, M. de A. & Lakatos, E. M. (2010). *Fundamentos de metodologia científica*. 7. ed. São Paulo: Atlas.
- Organisation for Economic Co-operation and Development (2018). PISA: Programme for international Student assessment. <https://www.oecd.org/pisa/data/>
- Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico – OCDE (2005). Recommendation on principles and good practices for financial education and Awareness. www.oecd.org.
- Pessoa, C. A. S., Muniz, I., & Kistemann Jr., M. A. (2018). Cenários sobre Educação Financeira Escolar: entrelaçamentos entre a pesquisa, o currículo e a sala de aula de Matemática. *Em teia – Revista de Educação Matemática e Tecnológica Iberoamericana*, 9(1), 1-25. doi:10.36397/emteia.v9i1.236528
- Ramon, R., & Trevisan, E. (2019). Educação Financeira: um comparativo entre estudantes de escolas públicas e privadas. *Revista da Rede Amazônica de Educação em Ciências e Matemática*, 7(2), 109-125. doi:10.26571/REAMEC.a2019.v7.n2.p109-126.i8504
- Rebello, A. P., Rocha, J., & Bernardes, J. (2015). Educação Financeira: uma proposta pedagógica para alunos do ensino médio politécnico. *Holos*, 6. <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/3645>.
- Rodrigues, P. M. L., Lima, W. S., & Viana, M. A. P. (2017). A importância da formação continuada de professores da Educação Básica: a arte de ensinar e o fazer cotidiano. *Revista Saberes Docentes em Ação*, 3(1), 28-47.
- Rossi, P. S., & Batista, N. A. (2006). O ensino da comunicação na graduação em Medicina – uma abordagem. *Interface- comunicação, saúde e educação*, 10(19), 93-102.
- Seidl-De-Moura, M. L., Ribas Júnior, R. C., Piccinini, C. A., Bastos, A. C. S., Magalhães, C. M. C., Vieira, M. L., Salomão, N. M. R., Silva, A. M. P. M., & Silva, A. K. (2004). Conhecimento sobre desenvolvimento infantil em mães primíparas de diferentes centros urbanos do Brasil. *Estudos de Psicologia*, 9(3), p. 421-429. 2004. doi:10.1590/S1413-294X2004000300004.
- Santos, J. O. (2014). *Finanças para todas as idades um guia prático*. São Paulo: Atlas.
- Santana, D. R. (2013). O currículo e o projeto pedagógico na educação infantil: uma visão interdisciplinar. *Revista Espaço Acadêmico*, 142, 61-68.

- Savoia, R. F., Saito, A. T., & Santana, F. A. (2007). Paradigmas da educação financeira no Brasil. *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro, 41(6), 1121-1141. doi:10.1590/S0034-76122007000600006
- Silva, I. B. (2007). Projeto pedagógico. *Revista Uniara*, 20, 103-111.
- Silva, A. L. P., Benevides, F. T., Duarte, F. V., Oliveira, J. N., & Cordeiro, R. (2018). Finanças pessoais: análise do nível de educação financeira de jovens do IFPB. *Revista Principia de divulgação científica e tecnológica do IFPB*, 41, 215-223.
- Silva, A. M. (2016a). Uma proposta continuada de professores em educação financeira escolar. *XII Encontro Nacional de Educação Matemática*, São Paulo.
- Silva, D. F. (2016b). Educação financeira como prática pedagógica na Educação Infantil. *REP's - Revista Eventos Pedagógicos*, 7(3), 1056-1067.
- Soares, F. P. (2017). *Os debates sobre a educação financeira em um contexto de financeirização da vida doméstica: desigualdade e exclusão financeira*. Tese Doutoral, Pontifícia Universidade Católica de Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
- Stephani, M. (2005). *Educação financeira: uma perspectiva interdisciplinar na construção da autonomia do aluno*. Dissertação (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre/RS.
- Tadeu, S. A., Breyer, L., & Soares, T. G. (2016). Consumo e meio ambiente: reflexões em torno de uma teoria compreensiva. *Revista Eletrônica da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pelotas*, 2, 305-329.
- Teixeira, J. (2015). *Um estudo diagnóstico sobre a percepção da relação entre educação financeira e Matemática Financeira*. Tese Doutoral, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.
- Vergara, S. C. (2013). *Projetos e relatórios de pesquisa em Administração*. 14. ed. São Paulo: Atlas.
- Way, W., & Holden, K. (2009). Teachers' background and capacity to teach personal finance: results of a national study. Madison: Final Report. *School of Public Affairs University of Wisconsin-Madison*.
- Vargas, J. (2008). *Maestros de educación financiera - un sistema para vivir mejor*. San José, Costa Rica: Red Financiera Bac-Credomatic.
http://www.detce.mep.go.cr/sites/all/files/dinero_y_finanzas_personales.pdf.
- Weisz, T. (1999). *O diálogo entre o ensino e a aprendizagem*. São Paulo: Ática.
- Yin, R. K. (2016). *Pesquisa qualitativa do início ao fim*. Tradução de Daniela Bueno. Revisão técnica de Dirceu da Silva. Porto Alegre, RS: Penso.